

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Silvia Cristina Schmidt

REELABORAÇÃO DO PPP COM FOCO NO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

PORTO ALEGRE
2015

Silvia Cristina Schmidt

REELABORAÇÃO DO PPP COM FOCO NO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora:

Profa. Dra. Regina Maria Duarte Scherer

Porto Alegre
2015

RESUMO

Este trabalho estuda as ações implementadas em uma escola da rede estadual de ensino da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, por meio de um Projeto de Intervenção, tendo como pressupostos básicos a educação compreendida como direito social a ser suprida pelo Estado e a gestão democrática da escola como modo indispensável à realização da finalidade social da educação. O objetivo geral foi contribuir para a reelaboração do Projeto Político-Pedagógico, tendo como foco o debate em torno do Planejamento Participativo. Os autores que integram a fundamentação teórica são: Veiga (2013), Gandin (2001), Lück (2009) e Paro (2007), dentre outros. A metodologia utilizada foi a pesquisa-ação, a partir das proposições de Franco (2005), que orientaram a definição das ações elaboradas para o Projeto de Intervenção. As ações foram desenvolvidas junto ao segmento dos professores e tiveram com eixo a reflexão sobre a própria prática a partir dos estudos propostos nesta intervenção, visando à qualificação das práticas pedagógicas. Através da análise destas ações pudemos observar que o planejamento participativo possibilitou reflexões, estudos e propostas pedagógicas que modificaram tanto as práticas, como os sujeitos nelas envolvidos, qualificando suas relações.

Palavras-chave: Reelaboração do PPP; Planejamento participativo; Pesquisa-ação; Gestão Democrática.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	REFERENCIAL TEÓRICO	8
3	METODOLOGIA	16
4	AÇÕES ANALISADAS	19
4.1	REUNIÕES DE ESTUDOS, PLANEJAMENTO E FORMAÇÃO	19
4.1.1	Debatendo a alfabetização e trocando experiências	19
4.1.2	Definindo o Tema Trimestral e o Foco do PI	22
4.1.3	Educação de Tempo integral e o uso das TIC	23
4.1.4	Estudo do Planejamento Participativo Democrático	26
4.2	AÇÕES PEDAGÓGICAS DECORRENTES DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO	28
4.2.1	Festa dos Aniversários	28
4.2.2	Dia do Afeto	31
4.2.3	Nossas Identidades por um Mundo de Paz	33
5	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	35
	REFERÊNCIAS.....	38
	ANEXOS	41

1 INTRODUÇÃO

O Projeto de Intervenção que resultou neste Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, foi desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Fundamental - Escola Aberta, fundada em 29 de janeiro de 1991, situada na Zona Leste de Porto Alegre, possui características muito peculiares dentro da Rede Pública Estadual de Ensino.

A estrutura da escola é uma casa, sendo suas seis salas de aula pequenas, com turmas de no máximo doze alunos. Conta ainda com a sala da direção, da orientação educacional, uma secretaria, um refeitório, uma marcenaria, uma pequena biblioteca além de um auditório, onde acontecem a oficina de dança e as reuniões com a comunidade escolar. Possui também um laboratório digital, que está desativado, precisando de reformas. No entanto a escola participa do Programa Província de São Pedro, que disponibiliza um computador *net* por aluno.

Tem também um terraço, que é semi coberto, onde acontecem os recreios dos alunos a algumas festas comemorativas da escola..

A escola atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, sendo na sua maioria, encaminhados por Órgãos de Proteção à Infância e Adolescência, como Ministério Público, Conselhos Tutelares, Juizado da Infância e da Adolescência e abrigos, dentre outros. A maioria desses alunos e alunas não pertence à comunidade do entorno da escola, vem de diferentes zonas da cidade e contam com o programa Vou a Escola, que assegura passagens diárias para seu deslocamento.

É uma Escola Aberta por receber alunos em qualquer época do ano e por não interromper seu trabalho docente, que acontece de janeiro a dezembro. Atende os alunos em turno integral, oferecendo o café da manhã, almoço e lanches.

No turno da manhã é trabalhada a Base Curricular do primeiro ao quinto ano e no turno da tarde, os Complementos Pedagógicos: o Artesanato, a Dança, Jogos Pedagógicos e Marcenaria.

Atualmente, a escola conta com sessenta e cinco alunos matriculados, divididos em seis turmas, com idades que variam dos seis aos dezessete anos. Sendo a maioria dos seus alunos oriundos de famílias carentes que vivem em comunidades com alto índice de violência e tráfico, ou são abrigados.

Neste cenário, frente às dificuldades apresentadas como evasão, indisciplinas e agressões, cada vez mais frequentes entre os alunos, ficava evidente a necessidade de resgate das discussões pedagógicas na escola.

Foi a partir da retomada das reuniões pedagógicas com o segmento dos professores que aconteceram as discussões sobre as práticas desenvolvidas na escola e também sobre a necessidade de reelaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP da Escola.

A equipe gestora apresentou a proposta de desenvolver Projeto de Intervenção na escola, tendo como base a gestão democrática do ensino. O foco do Projeto foi definido coletivamente pelo grupo: A Reelaboração do Projeto Político Pedagógico da escola no capítulo: “Estrutura Pedagógica - Ensino, Aprendizagem e currículo”, com ênfase no Planejamento Participativo Democrático.

Sobre o Projeto Político Pedagógico Veiga (2013, p.163) afirma que: “O projeto político-pedagógico é o documento da identidade educativa da escola que regulariza e orienta as ações pedagógicas.”

O processo participativo da construção de uma proposta pedagógica, traçando a identidade da escola, visa um maior comprometimento do segmento dos professores com a qualificação da prática. E a avaliação das atividades pedagógicas oportuniza a reflexão a partir de como a escola se organiza e põe em ação seu projeto. Sobre princípios democráticos e sua relação com a aprendizagem, Penin (2002) afirma que:

[...] a escola é um espaço de construção de relações que imprimem marcas naqueles que por ali transitam. Se estas relações são permeadas por princípios democráticos – respeito ao outro, solidariedade, liberdade – as pessoas crescem no aprendizado e no exercício da democracia. (PENIN, 2002, p33).

O Referencial Teórico está desenvolvido na segunda seção deste TCC e é baseado em alguns autores trabalhados ao longo do curso e cujos estudos possibilitam reflexões sobre as mudanças almejadas. Dentre os autores escolhidos figuram: Franco (2005) e sua abordagem sobre a pesquisa-ação; Gandin (2001), Lück (2009) e Veiga (2013) com contribuições sobre planejamento participativo e Projeto Político Pedagógico; Cury (2007) e Candau (2012) com suas reflexões a cerca do direito a educação, dentre outros.

Na terceira seção deste Relatório é abordada a Metodologia escolhida para o desenvolvimento do trabalho. O conceito de pesquisa-ação adotado parte das

reflexões feitas por Franco (2005), cuja abordagem enfatiza a necessidade de participação de todos os envolvidos no processo de pesquisa.

As ações desenvolvidas e analisadas neste relatório analítico compõem a quarta seção deste relatório, e foram planejadas a partir do Projeto de Intervenção proposto. As reflexões ali feitas estão ancoradas nos autores que compõem o Referencial Teórico aqui utilizado.

Concluo o relatório apresentando algumas reflexões e ponderações sobre o trabalho desenvolvido e sinalizo para o que ainda poderá ocorrer em um futuro próximo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os referenciais teóricos foram selecionados a partir de uma concepção de gestão escolar democrática, baseada na linha orientadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar. Sendo que, estes referenciais aqui apresentados constituem a base legal e teórica para as análises realizadas no decorrer deste trabalho.

Nossa escola faz parte da Rede Estadual de Ensino do RS, porém enquanto uma Escola Aberta, com uma organização diferenciada, turmas pequenas de no máximo doze alunos, sendo na maioria encaminhados pela rede de proteção. E deste lugar que irei relatar brevemente nossa experiência enquanto coautores desta caminhada pela construção de uma educação democrática.

A gestão democrática da educação é um princípio consagrado pela Constituição vigente, promulgada em 1988, e deve abranger as dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras das unidades escolares. De acordo com Veiga (1995, p.17), a gestão democrática exige uma ruptura histórica na prática administrativa da escola, com o enfrentamento das questões de exclusão e reprovação e da não permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares. A construção do projeto político-pedagógico parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério.

Ao tratar do tema da democratização Paro (2007) entende que nela estão envolvidas

[...] a organização e o funcionamento efetivo da instituição escola. Trata-se, portanto, das medidas que vêm sendo tomadas com a finalidade de promover a partilha do poder entre dirigentes, professores, pais, funcionários, e de facilitar a participação de todos os envolvidos nas tomadas de decisões relativas ao exercício das funções da escola com vistas à realização de suas finalidades. (PARO, 2007, p.1)

É preciso lembrar que a escola não está isolada dentro da sociedade, e com isto o processo democrático envolve aspectos que não estão isolados da sociedade. Para que haja a democracia participativa real, toda a sociedade que precisa incorporar nas suas práticas este princípio, e pensar a escola fora da lógica de mercado e se responsabilizar pela construção de uma sociedade mais humana, igualitária.

Porém, estas mudanças não serão alcançadas a um curto prazo, pois elas estão inseridas em um contexto de tensionamentos e diferentes valores, o que exige um processo mais lento e complexo. Considerando a realidade da escola, onde a comunidade escolar tem características bastante peculiares, visto que muitos dos alunos está separado do convívio familiar, a participação no processo de gestão democrática do segmento pais não se dá dentro do que é idealizado ao se falar deste tema.

Cabe salientar que apesar deste tema integrar a constituição desde o final dos anos 1980, na prática a sua efetivação anda em diferentes ritmos, alternando avanços e retrocessos. Em diferentes momentos todos são chamados a integrar e participar de discussões importantes que resultam em construção de políticas, como é o caso dos Planos de Educação. Neste sentido, o segmento dos professores participou de maneira ativa da construção o Plano Estadual de Educação – PEE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação da Lei, visando ao cumprimento do disposto no Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Mas, como efetivar a participação nas ações que envolvem questões do cotidiano da sala de aula? Um exemplo disso pode ser a participação de toda equipe de professores no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. Tal política educacional desenvolvida pelo Ministério da Educação - MEC, oportunizou formação continuada aos professores e reflexões sobre a prática na escola. Dentre as finalidades do PNAIC estão a de refletir sobre as práticas na alfabetização, o que implica em qualificar as intervenções pedagógicas, de modo que a escola possa, ao rever as suas práticas, acolher estas crianças e adolescentes já marcados por inúmeras vulnerabilidades.

A formação continuada para os professores que atuam nos anos iniciais oportunizou a retomada de estudos sobre o trabalho realizado em sala de aula, e este olhar atento trouxe reflexões sobre o direito à educação, associado à aprendizagem, bem como possibilitou que o conjunto de professores percebesse a importância do trabalho coletivo, e que este exige o planejamento participativo. Cabe destacar que a formação continuada dos professores compõe o conjunto de metas do PNE em vigência, e se constitui em um dos requisitos para a qualidade do ensino. Como bem lembra Paro (2007, p.12) a formação em serviço deve privilegiar

“[...] não apenas os aspectos técnicos, mas também a disseminação de uma visão transformadora de educação.”

Foi no exercício democrático de planejar coletivamente que surgiu a necessidade de reformular nosso Projeto Político Pedagógico – PPP, visto que o mesmo não contempla no seu conteúdo as questões relativas ao bloco de alfabetização e a ampliação do ensino fundamental para nove anos. Além disto, estas modificações, decorrentes de alteração na legislação, trazem implicações para o modo como o trabalho pedagógico precisa ser pensado e desenvolvido no cotidiano da escola. Assim, se faz necessário repensar o modo como acontece o planejamento do trabalho pedagógico.

Considerando estas questões, o PPP precisa ser reconhecido como identidade da escola e cujo processo de construção coletiva deve proporcionar o resgate da autoestima, da autonomia e do sentimento de pertencimento dos sujeitos envolvidos, princípios essenciais ao exercício da cidadania. Como bem lembra Cury (2007, p.488), ao contar com a participação dos professores na sua elaboração “[...] o projeto pedagógico ganhará em riqueza e diversidade pela consideração e pelo envolvimento da subjetividade dos profissionais no processo consciente de propiciar o melhor para todos.” Para complementar este entendimento é importante destacar a posição assumida por Paro (2007, p.11) quando este afirma que “[...] é o trabalho coletivo dos educadores escolares que deve ser levado em conta quando se fala em organização do trabalho docente, com vistas a uma estrutura democrática da escola.”

A construção de um PPP que atenda aos anseios da comunidade escolar como a nossa, tem vinculação com o que coloca Cury (2007, p.487) quando afirma que “A função social da educação escolar pode ser vista no sentido de um instrumento de diminuição das discriminações.” Cabe ainda lembrar o que Veiga (2009) pondera sobre o PPP:

A construção, a execução e a avaliação do projeto são práticas sociais coletivas, fruto da reflexão e da consistência de propósitos e intencionalidades. Para que a escola seja espaço e tempo de inovação e investigação e se torne autônoma é fundamental a opção por um referencial teórico-metodológico que permita a construção de sua identidade e exerça seu direito à diferença, à singularidade, à transparência, à solidariedade e à participação. (VEIGA, 2009, p.165)

É no PPP da escola que deverão estar expressas as diferentes concepções que orientam o planejamento do trabalho a ser desenvolvido na escola. Estas

concepções passam por temas mais amplos como os conceitos de cidadania e participação. As concepções de cidadania sempre foram complexas, com implicações políticas e culturais significativas. Portanto, é importante seguir o conselho de Veiga (2013) quando esta alerta que não é possível deixar de fora das discussões, quando da elaboração do PPP, tanto o contexto onde a escola esta inserida, como as características dos alunos.

Temos que ter presente ainda o que nos alerta Gandin (s.d, p.2) quando ele afirma que: “O importante é coordenar as ações desenvolvidas na escola de modo que elas não sejam aleatórias, mas apontem para a mesma direção, construída pelo coletivo da escola.” O mesmo autor (s.d.) pondera também que:

“[...] a construção de um projeto político-pedagógico é uma tarefa complexa – porém necessária – para aqueles que buscam uma educação voltada para construção de uma sociedade mais justa e que respeite as diferenças. Isto vai implicar em ter qualidade política e técnica e também em construir uma visão de mundo que embase e direcione a construção do conhecimento nas escolas.”(GANDIN, s.d, p.6)

Para que o planejamento das ações que visão a aprendizagem dos alunos seja efetivo e de qualidade, é preciso que ele seja construído coletivamente de forma a se sustentar em dois eixos: igualdade e inclusão, pois somente assim estaremos buscando transcender o acesso e estabelecendo as bases para o sucesso e permanência do aluno na escola.

A proposição, para que fossem desenvolvidas práticas de planejamento participativo, levou em consideração as colocações feitas por Lück onde ela afirma que:

[...] não é o plano em si que garante essa efetividade e sim as pessoas que o põem em prática, quanto mais estas estiverem envolvidas no processo de planejamento, mais se sentirão responsáveis pela sua implementação e envolvidas no mesmo, e, em consequência, mais efetivos serão os seus resultados. (LÜCK, 2009, p. 40)

Para colocar em prática o planejamento participativo se faz necessário ter presente o que nos coloca Gandin (2001) quando este faz o seguinte alerta:

Nas escolas, por exemplo, não basta que os professores, isoladamente ou mesmo em conjunto, definam “como” e “com que” vão “passar” um conteúdo preestabelecido, dando, assim, um carácter de só administração ao trabalho escolar; é necessário que se organizem para definir que resultados pretendem buscar, não apenas em relação a seus alunos, mas no que diz respeito às realidades sociais, e, que, a partir disto realizem uma avaliação circunstanciada de sua prática e proponham práticas alternativas para ter influência na construção social. (GANDIN, 2001 p. 87)

Em uma realidade como a que vivenciamos na Escola Aberta, se faz necessário refletir sobre a realidade onde nossos alunos estão inseridos e buscar dar novo significado para as aprendizagens escolares e sua relação com a ideia de formação de cidadãos, bem como refletir sobre a efetivação do direito à educação para estes alunos no cotidiano da escola.

Em relação às reconfigurações das cidadanias, é preciso levar em conta que as escolas e as políticas educativas, serviram de instrumentos para formar os sujeitos ocultando as desigualdades, de classe, raça e gênero. Revelando uma concepção de cidadania histórica que anda na contramão de uma democracia comprometida com as transformações sociais.

A escola se tornou um dos lugares centrais do exercício da violência simbólica, Afonso (2001), afirma ser resultado da imposição de uma cultura hegemônica, que impõe valores e visões de mundo da classe dominante de um Estado capitalista, como sendo valores de todos. O reconhecimento da cidadania historicamente tem sido um processo baseado na inclusão de alguns e exclusão de muitos.

Porém, esta construção histórica de cidadania tem outras dimensões. Enquanto construção democrática de novos direitos, a cidadania pode ser compreendida como dinâmica quando pensada a partir das lutas sociais, econômicas e políticas.

No cenário nacional foi a partir da chamada Constituição Cidadã, promulgada em 1988, que se incluiu de maneira contundente a afirmação dos direitos humanos. O país vem se empenhando na promoção, proteção e defesa dos direitos fundamentais. São várias políticas em torno da garantia da igualdade de direitos para todos os cidadãos, como também as desigualdades que precisamos superar.

O fato de grande parte dos nossos alunos estar em instituições e abrigos mantidos pelo estado sinaliza que muito ainda precisa ser feito. O que nos leva a outra questão importante e que diz respeito às relações que podemos estabelecer entre direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. Também discutir sobre os desafios enfrentados para articular tais elementos numa proposta de gestão escolar democrática.

Nas sociedades contemporâneas, a questão em torno dos Direitos Humanos tem estado cada vez mais em evidência, seja em torno da afirmação, ou violação de

tais direitos. A realidade brasileira ainda está marcada por desigualdade social e por discriminações. Cotidianamente nos deparamos com situações que se configuram como violação dos direitos fundamentais.

Mas, segundo Candau (2012), podemos também observar a afirmação de uma nova sensibilidade social, ética, política e cultural crescente. O que tem apontado para uma conscientização de que não bastam leis que garantam os direitos humanos, é preciso que se construa uma cultura dos direitos humanos. Para que estes direitos serem efetivados, faz-se necessário que sejam internalizados no imaginário social e nesta perspectiva, são de fundamental importância os processos educacionais.

Atualmente, o que tem despontado no cenário mundial são as discussões em torno dos direitos coletivos e neste movimento a questão da diversidade tem ganhado relevância. Promover justiça requer redistribuição e reconhecimento das diferenças. Segundo Santos (1997), os Direitos humanos hoje, necessitam ser resignificados numa perspectiva multicultural, igualdade na diferença. Superar as desigualdades e ao mesmo tempo valorizar a diversidade.

O direito à educação está sendo ampliado com a expansão da escolarização através do aumento dos anos da obrigatoriedade do ensino fundamental e pela busca de sua universalização, na construção de uma educação para todos baseada no princípio de igualdade de direitos.

No entanto com a expansão de oferta e conseqüentemente, a presença de grupos, antes excluídos da escola, colocou em evidência a heterogeneidade, os altos índices de evasão e fracasso escolar, trazendo para o centro das discussões a qualidade da educação oferecida em nosso país. Pela questão da qualidade passa a concepção de homem, sociedade e cidadania que se quer construir. Conceitos socialmente construídos e em transformações constantes. Entender a educação como direito humano, é entender o ser humano enquanto ser inacabado, de querer ser mais, como dizia Freire (1997).

Em termos de políticas públicas, desde 2012 está em vigência a Resolução do Conselho Nacional de Educação que defini as diretrizes para a Educação em Direitos Humanos. Tal normativa apresenta como uma das suas dimensões no artigo 4º:

V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos

humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos. (BRASIL, 2012)

As diretrizes nacionais evidenciam a necessidade da articulação entre os direitos da igualdade e o direito das diferenças para a efetivação da educação em direitos humanos. A perspectiva passa a ser de que as escolas devam assumir a educação em direitos humanos como um elemento fundamental do direito à educação de qualidade, comprometida com a formação de sujeitos de direito, com a justiça, a democracia e reconhecimento da diversidade.

Tendo presente a necessidade de refletir coletivamente sobre estes temas é que o planejamento participativo pode ser compreendido como fundamental para que a escola busque assumir a sua identidade, tornando explícito o entendimento sobre como o conhecimento que será trabalhado nas condições que lhe são peculiares. Mas, como aponta Ganzeli (s.d), para que esta forma de planejamento se efetive, a participação de todos os envolvidos é condição necessária e entendida como

[...] um processo de aprendizagem que demanda espaços sociais específicos para a sua concretização, tempo para que ideias sejam debatidas e analisadas, bem como, e principalmente, o esforço de todos aqueles preocupados com a formação do cidadão e de uma escola verdadeiramente democrática. (GANZELI, s.d., s.p)

No mesmo sentido cabe destacar as proposições de Silva (s.d) quando o mesmo enfatiza:

O trabalho coletivo implica uma compreensão mais ampla da escola. É preciso que os diferentes segmentos e atores que constroem e reconstruem a escola apreendam suas várias dimensões e significados. Isso porque o caráter educativo da escola não reside apenas no espaço da sala de aula, nos processos de ensino e aprendizagem, mas se realiza, também, nas práticas e relações que aí se desenvolvem. A escola educa não apenas nos conteúdos que transmite, à medida que o processo de formação humana que ali se desenvolve acontece também nos momentos e espaços de diálogo, de lazer, nas reuniões pedagógicas, na postura de seus atores, nas práticas e modelos de gestão vivenciados. (SILVA, s.d., p.3)

É preciso construir as condições para que a participação aconteça de fato. Colocar-se no lugar do outro, assegurar as condições de escuta e diálogo compõem as condições para que todos possam contribuir na qualificação da participação. Como bem lembram Azevedo e Mendonça (s.d.) é por meio da participação dos diferentes sujeitos que compõe a comunidade escolar, que se tem buscado construir melhores condições para que a escola seja um espaço possível de vivência da participação.

Cabe ainda destacar que a participação precisa ser estimulada e assegurada, pois ela é condição para que a gestão democrática se efetive no cotidiano escolar.

3 METODOLOGIA

Este trabalho realizado na Escola Aberta, na cidade de Porto Alegre, baseou-se na pesquisa-ação desenvolvida através de um Projeto de Intervenção - PI. Nasceu da necessidade de uma comunidade escolar repensar o seu Projeto Político-Pedagógico - PPP e, de forma participativa e democrática, definir qual seria o foco da intervenção.

A metodologia deste PI está fundamentada na Pesquisa-Ação, conforme Franco (2005) caracterizando-se pela busca de compreensão, ação e conseqüentemente, de transformação da realidade, respaldando cientificamente a prática educativa. Esta metodologia compreende quatro etapas principais: diagnóstico, ação, avaliação e reflexão, propondo que as mesmas, fossem pensadas num movimento espiral no decorrer do projeto, o que permite, concomitantemente, ir desenvolvendo e avaliando as ações, o que possibilita o replanejamento.

Considerando a realidade da escola e a necessidade de atualização de seu Projeto político Pedagógico – PPP, onde este documento ainda não contempla a inclusão do Ciclo de Alfabetização com Progressão Continuada e a ampliação da duração do ensino fundamental para nove anos, o foco do Projeto de Intervenção foi inicialmente voltado para estas questões. Tal opção foi uma escolha coletiva com o segmento dos professores, garantindo a participação democrática desde sua concepção e levou em consideração as necessidades que vinham sendo manifestadas pelo grupo de professores e pelas situações apresentadas para discussões nas reuniões pedagógicas.

No entanto, devido à licença de algumas das profissionais que atuavam no Bloco de Alfabetização, e que culminaram com o afastamento prolongado das mesmas, foi preciso rever o foco do PI. Assim, as questões relativas à prática pedagógica e ao planejamento participativo passaram a ser a temática central, visto que elas contemplariam o coletivo de professores que atua na escola.

Este movimento que culminou com o replanejamento do foco do PI tem relação com as questões apontadas por Franco (2005), que indica ser preciso uma constante reflexão sobre o processo que envolve a pesquisa-ação, onde as necessidades manifestadas pelo coletivo possam indicar os rumos mais adequados para o desenvolvimento da pesquisa. Cabe também destacar o que afirma Tripp (2005):

A pesquisa-ação é sempre deliberativa porque, quando se intervém na prática rotineira, está se aventurando no desconhecido, de modo que é preciso fazer julgamentos competentes a respeito como, por exemplo, daquilo que mais provavelmente aperfeiçoará a situação de maneira mais eficaz. (TRIPP, 2005, p. 449)

Assim, uma das estratégias adotadas no desenvolvimento desta pesquisa-ação foi a organização de um cronograma de reuniões pedagógicas de estudos a partir de dinâmicas coletivas de leituras, que pudessem dar sustentação teórica a busca de novas estratégias de intervenções pedagógicas. Permeadas por movimento dialógico de reflexão entre teoria e prática, proporcionando maior envolvimento e participação do segmento elencado. Os textos que compuseram estes momentos de estudo foram escolhidos de acordo com a perspectiva da gestão democrática e muitos deles fazem parte da base teórica desenvolvida ao longo do Curso de Especialização.

Também foram realizadas reuniões cujo foco foi o planejamento das ações pedagógicas construídas pelo coletivo a partir dos estudos e reflexões realizadas assim como reuniões de trabalho para o desenvolvimento destas ações. Tal proposição aproximasse do que coloca Franco (2005) quando a mesma argumenta que, por seus princípios geradores, a pesquisa-ação

[...] é uma pesquisa eminentemente pedagógica, dentro da perspectiva de ser o exercício pedagógico, configurado como uma ação que cientificiza a prática educativa, a partir de princípios éticos que visualizam a contínua formação e emancipação de todos os sujeitos da prática. (FRANCO, 2005)

Tanto no planejamento das ações, como na sua realização acreditamos que atendemos a orientações propostas por Franco (2005) visto que a perspectiva era de que o conhecimento construído fosse necessariamente transformador, tanto dos sujeitos envolvidos, como da realidade vivida.

É preciso destacar que, embora as ações fossem direcionadas ao segmento dos professores, parte delas também foi desenvolvida junto ao segmento dos alunos, por estarem estes na centralidade da ação do planejamento participativo.

Ao longo do desenvolvimento do Projeto de Intervenção foram sendo feitos registros, por meio do diário de bordo, e este material compõe parte dos apontamentos que serviram para as análises das ações realizadas, visto que o exercício de registrá-las funcionou como etapa preparatória para a análise das mesmas.

Entre estes registros, cabe ressaltar ainda os registros fotográficos como forma de documentação do processo e como instrumento didático buscando formas de valorizar as ações coletivas a serem realizadas, como também dos indivíduos envolvidos no processo.

Assim, com base na metodologia da pesquisa-ação as ações desenvolvidas tiveram como orientação a priorização da cooperação e da participação, de modo que fosse instituída uma visão mais colaborativa e comprometida na busca por um planejamento de fato participativo e voltado para a realidade da comunidade escolar.

4 AÇÕES ANALISADAS

As ações aqui descritas e analisadas foram realizadas na Escola Aberta junto ao segmento de professores, no período de novembro de 2014 a junho de 2015, e compõe o Projeto de Intervenção - PI, cujo foco é o Planejamento Participativo. Estas ações foram planejadas na perspectiva da pesquisa-ação, e tiveram como ponto de partida um encontro durante a reunião pedagógica, quando foi definido o foco do referido PI. A análise das ações tem como base o referencial teórico desenvolvido no capítulo dois deste TCC.

Apesar de contar com a previsão de reuniões pedagógicas quinzenais, as mesmas não vinham acontecendo, pois a escola não estava contando com recursos humanos para a coordenação pedagógica. Como o setor foi reestruturado no início do segundo semestre de 2014, partiu-se da retomada deste espaço de discussão para desenvolver ações que efetivamente qualificassem o planejamento da escola, na perspectiva da colaboração e participação.

Foi realizado um cronograma inicial, composto de uma sequência de reuniões pedagógicas de estudos para que estas possibilitassem a articulação entre teoria e prática pedagógica. A seguir estão apresentadas as ações desenvolvidas juntamente com a análise.

4.1 REUNIÕES DE ESTUDOS, PLANEJAMENTO E FORMAÇÃO

A retomada das reuniões pedagógicas apontou para a necessidade de qualificar as discussões e estudos com o segmento de professores. Assim dentro do planejamento para o desenvolvimento do Projeto de Intervenção, foram propostas reuniões e estudos sistemáticos onde os objetivos eram tanto criar uma unidade de trabalho, como qualificar as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola como um todo.

4.1.1 Debatendo a alfabetização e trocando experiências

A primeira reunião de estudos aconteceu em 03 de dezembro de 2014, e o tema em debate foi a Alfabetização, com o objetivo de refletir sobre a importância da

avaliação enquanto diagnóstico. Na reunião de estudos, realizada em 03 de dezembro de 2014, foi proposta uma dinâmica de leitura coletiva sobre avaliação para reflexão: Para que avaliar? Quando avaliar? Como avaliar? O que avaliar? E o estudo da Psicogênese da Língua Escrita a partir de Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1982), e a retomada dos passos do teste de leitura e escrita das quatro palavras e uma frase mesmo campo semântico.

Na sequência foi realizada uma oficina de criação de testes. Cada professora construiu um exemplo de prova das quatro palavras e uma frase do mesmo campo semântico, sendo que depois foram socializadas no grupo. O que ampliou o universo de campos semânticos para as mesmas.

Destaque para a necessidade, manifestada pelo grupo, de repensar sua prática sobre esta etapa inicial da alfabetização, sendo que todas as professoras, independente do ano que atuam, têm alunos não alfabetizados. Tanto nas discussões sobre avaliação como na elaboração dos testes, era notório o interesse da maioria do grupo em entender as hipóteses de construção da leitura e escrita, para qualificar suas intervenções pedagógicas.

As pesquisadoras Piccoli e Camini (2012, p.46) afirmam que: “As intervenções da professora podem ser capazes de incluir todos os alunos em sua proposta de alfabetização, desde que ela tenha objetivos para cada aluno no processo em que ele se encontra de conceitualização da leitura e da escrita.” Foi ressaltada nas discussões da equipe de professores a importância da avaliação enquanto diagnóstico para a construção de aprendizagens mais significativas.

Como encaminhamento, ficou combinado que cada professora realizaria o teste das quatro palavras e uma frase com sua turma de currículo, e para o próximo encontro trariam os registros para socialização desta experiência.

A reunião seguinte, realizada em 10 de março de 2015, teve como objetivo compartilhar experiências e construir uma unidade de ação. Iniciaram-se os trabalhos com a troca entre as professoras sobre a aplicação do teste das palavras e frases do mesmo campo semântico nas suas respectivas turmas. Foi feita uma retomada sobre a estrutura da prova de escrita e leitura e em seguida coletivamente classificaram coletivamente os níveis de leitura e escrita a partir desta sondagem.

A necessidade do grupo em compartilhar as experiências da sondagem ficou evidente, no envolvimento com o trabalho proposto. Os testes foram recolhidos e

arquivados para acompanhamento e análises comparativas, do processo de aprendizagem dos alunos pelo grupo, no decorrer do ano letivo.

Dando sequência aos estudos, na reunião realizada em 05 de março de 2015, teve como objetivo refletir sobre a prática do trabalho de alfabetização e sua relação com a importância do planejamento. Foi proposta a leitura coletiva do texto: “Alguns princípios pedagógicos norteadores”, das autoras Luciana Piccoli e Patrícia Camini (2012, p.45-49). Dentre as questões propostas pelo texto, destacamos: faz diferença planejar; planejar para incluir ao máximo todas as crianças; ter ambição em relação às aprendizagens...; variar para prender a atenção; a parte dura e a parte flexível do planejamento.

A leitura aconteceu de forma dinâmica e envolvente, permeada constantemente pelas experiências de sala de aula, trazidas pelos professores. Debatendo assim suas práticas, trocando experiências e construindo novas possibilidades didáticas. O texto provocou esta imersão no cotidiano da sala de aula.

Algumas das reflexões destacadas pelos professores ou por realizar ou por não ter incluído no seu trabalho: a importância do planejamento flexível; do momento inicial da aula ser acolhedor e envolvente; da criação de uma rotina para organização e autonomia do aluno; da exposição sistemática dos trabalhos em sala de aula, como forma de valorização da produção de cada um como também, de trabalhar a sequência evolutiva das mesmas; a importância de pensar didaticamente a disposição de todo espaço da sala de aula.

Sobre a importância com as didáticas desenvolvidas em sala de aula e seus desdobramentos para a permanência dos alunos na escola, Piccoli e Camini (2012, p.46) afirmam que, “Em grande medida não são as crianças ou as famílias que desistem da escola, mas a escola e os professores que abandonam as crianças, tendo em vista que é a função da escola buscar os meios necessários para ensinar as crianças nas condições em que elas chegarem lá.”.

Buscar qualificar o trabalho pedagógico é uma forma de se comprometer com a permanência na escola, dessas crianças e adolescentes tão marcados por suas diferentes vulnerabilidades sociais, através de aprendizagens significativas. Um desafio grande para o grupo de professores dessa Escola-Aberta.

O grupo demonstrou ter gostado muito do texto, através do envolvimento nas discussões, entrelaçando o texto com suas práticas cotidianas. A dificuldade apresentada foi à falta de alguns professores do primeiro ciclo de alfabetização.

Foi acordado que para o encontro seguinte seria definido o tema para trabalhar nos três meses subsequentes, bem como iniciar o planejamento participativo.

4.1.2 Definindo o Tema Trimestral e o Foco do PI

O planejamento pedagógico realizado na reunião de 13 de março de 2015 teve como objetivo escolha de um tema para o trimestre a partir do planejamento participativo. O trabalho iniciou com discussão em torno da escolha do tema e das datas comemorativas que seriam trabalhadas pelo conjunto da escola.

Após muitas reflexões sobre experiências felizes e as maiores dificuldades encontradas no fazer pedagógico pelo grupo, foram priorizadas as necessidades de trabalharem: a identidade de cada um, o resgate da autoestima, o respeito às diferenças e ao ambiente em que vivem para construção da paz. A definição do tema se deu a partir da explosão de ideias cujas propostas, se completavam. O Tema escolhido foi: “Nossas Identidades por um Mundo de Paz”.

Outro momento relevante do encontro foi a discussão sobre a necessidade de repensar a prática espontânea de algumas pessoas de presentear alguns alunos no seu aniversário. Enquanto uns eram lembrados, outros esquecidos, e o quanto estas atitudes estavam promovendo desigualdades e desafetos.

Foi unanime a ideia de construir uma proposta para a comemoração dos aniversários, como uma possibilidade pedagógica. De promoção tanto da autoestima, como de afeto, de equidade e do sentimento de pertencimento ao grupo da escola.

Como ponto positivo do encontro, podemos destacar as reflexões feitas sobre as práticas desenvolvidas no cotidiano. E a abertura do grupo para novos desafios, quando se propôs a realizar as festas dos aniversários de todos os alunos, mensalmente.

Porém a dificuldade apresentada no último encontro foi agravada pela ausência prolongada de professores do primeiro ciclo de alfabetização. Fato que dificultou a continuidade do desenvolvimento do foco do Projeto de Intervenção escolhido.

O encaminhamento deste encontro definiu que a reunião seguinte seria para planejamento coletivo para realização da primeira Festa dos Aniversários, e que seriam convidados os funcionários para participarem da reunião.

A reunião para mudança do foco do Projeto de intervenção e planejamento da festa de aniversário de abril foi realizada em dia 27 de abril de 2015. Iniciou com a apresentação ao grupo da dificuldade de desenvolver o foco do Projeto de Intervenção com o bloco de alfabetização, pelo afastamento prolongado de professores das turmas desse bloco.

O grupo discutiu e entendeu relevante a dificuldade apresentada. Foi então proposta a troca de foco do Projeto de Intervenção para Planejamento Participativo. Tratando-se de uma pesquisa-ação percebeu-se o movimento de espiral, que possibilitou reflexões e retomada de ação.

Segundo Franco (2005) a pesquisa-ação é um processo de movimento em espiral envolvendo planejamento, tomada de decisão e as ações e suas reflexões, que na fase seguinte, como fato novo inserido na retomada do planejamento.

A decisão pela mudança do foco do Projeto de intervenção para Planejamento Participativo lançou novos desafios para o planejamento das reuniões de estudo.

4.1.3 Educação de Tempo integral e o uso das TIC

Esta ação foi realizada tendo em vista a busca por elementos motivadores que pudessem despertar um maior interesse nos estudos do grupo de professores sobre o foco do PI, que era o Planejamento Participativo. Como a escola havia recebido, através do Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologias Educacionais, um kit composto por: um computador interativo com projetor multimídia e uma Lousa Digital. Estes equipamentos tinham sido recebidos em 2013, mas continuavam guardados. Então fizemos contato com Núcleo de Tecnologias Educacional de Porto Alegre 1ª CRE para ver as disponibilidades de formação para utilização destas tecnologias.

Foi firmada a parceria e agendada a “Capacitação da Lousa Digital”, que se realizou no 25 de maio de 2015 e foi ministrada por Bia Andrade e Catia Zílio da equipe do Núcleo de Tecnologias Educacional - NTE de Porto Alegre, da 1ª CRE

Coordenadoria Regional de Educação/RS. Esta capacitação foi oferecida aos professores e funcionários nas dependências da escola.

Inicialmente foram apresentados todos os elementos do kit e suas funções, as características da lousa digital, que funciona como um computador contando com todos os recursos. Entre eles, navegação na internet, de multimídia e simulação de imagens. Foram explicados a partir de demonstrações práticas o passo a passo da instalação da lousa e como conectá-la ao projetor multimídia; onde ficam seus programas e como calibrar a lousa digital.

Então, os professores vivenciaram a experiência do uso da lousa digital encontrando a sua disposição programas como: Power Point, navegação na internet com possibilidade de apresentar um conteúdo programado em sala de aula, como também utilizar jogos e atividades interativas.

Viram que tudo o que é produzido através da lousa digital pode ser salvo, cada passo da aula, cada contribuição tanto do professor como dos seus alunos. Possibilitando assim, que as aulas sejam guardadas para sempre e também compartilhadas com todos por e-mail.

A maioria do grupo demonstrou interesse através do seu envolvimento durante a oficina, compartilhando suas ideias, anotando informações e participando das dinâmicas de utilização das ferramentas.

Podemos destacar como positivo a oficina ter promovido uso da tecnologia digital como ferramenta motivadora de novas aprendizagens e possibilidades didáticas, como também ter estimulado o desenvolvimento da autonomia dos profissionais no uso desta tecnologia.

Ficou acordado com o grupo que na reunião pedagógica, programada para o dia seguinte, seria dada continuidade ao uso da lousa digital, para que o grupo pudesse ir se apropriando melhor do seu uso.

A formação de qualidade, conectada a sala de aula, que oportunize a capacitação do uso criativo e inovador das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC e através do trabalho colaborativo, provoca, instiga a gestão democrática. No sentido de desafiar a gestão a promover condições para que os professores incluam as TIC nas suas práticas pedagógicas, enriquecendo e ampliando o universo de aprendizagem de sala de aula. A formação abriu um novo olhar, uma nova possibilidade didática de construção de aprendizagens mais significativas e envolventes.

[...] é imprescindível considerar as contribuições das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) à educação, bem como a preparação de educadores para incorporá-las ao seu fazer profissional, de modo que os artefatos tecnológicos possam agregar valor às atividades escolares. (FRANCO, 2006, p.169)

Esta escolha metodológica, de usar as TIC no desenvolvimento deste projeto, se embasa no reconhecimento da importância da gestão democrática dar conta, não só das questões administrativas, dos meios que possibilitam o funcionamento de uma escola, mas também dos fins, da busca pelo desenvolvimento de uma educação de qualidade.

A reunião pedagógica, realizada em 26 de maio de 2015, foi iniciada com o desafio lançado ao grupo de instalar coletivamente a lousa digital. Alguns resistiram, outros logo se disponibilizaram a contribuir na tarefa, mas a novidade do dia foi o acesso à internet sem grandes dificuldades.

Para retomada dos estudos com os professores, foi proposto ao grupo, assistir o vídeo da entrevista com a Professora Jaqueline Moll sobre Educação Integral, no programa Observatório do Trabalho, apresentada pelo sociólogo e professor Denizard de Souza - Parte 01 Publicada em oito de novembro de 2012. A proposta de assistir esta entrevista na lousa digital era possibilitar que os princípios e objetivos da Educação Integral fossem discutidos ao longo da entrevista e motivar os professores à reflexão sobre o papel da escola e a construção de uma identidade pedagógica, visto que a escola trabalha com a jornada de tempo integral.

Utilizando a lousa digital foram lançadas duas perguntas: Da entrevista com a Professora Jaqueline Mil, sobre Escola de Tempo Integral o que você destacaria? E qual a relação da entrevista com seu trabalho?

Alguns destaques apresentados pelo grupo sobre a entrevista foram: A importância de desenvolver um projeto coletivo, a busca por práticas que possibilitam reinventar a escola; a educação ir além dos muros da escola; buscar um modelo de escola para reinventar o mundo; a importância do papel do educador na Educação Integral.

Também foi discutida a necessidade da escola de Tempo Integral repensar suas ações, tanto as individuais, quanto as coletivas, visto que atualmente as famílias tem necessitado deixar as crianças o dia todo na escola.

E sobre o grande desafio da escola de Tempo Integral em desenvolver atividades de qualidade aos alunos, proporcionando aprendizagens significativas

para efetivar a educação integral dos sujeitos. Alternativas apresentadas para qualificar o tempo do aluno na escola.

Outro destaque apresentado pelo grupo foi que a nossa escola tem as características que a professora Jaqueline abordou, por ser de tempo integral, trabalhar com crianças e adolescentes de extrema vulnerabilidade social, e o quão grande é nossa responsabilidade com a necessidade afetiva dos nossos alunos.

Através do compartilhamento das reflexões individuais, apresentadas pelo grupo, percebeu-se que a pluralidade de ideias, que foram se completando na construção de uma identidade de escola comprometida com as transformações sociais necessárias a uma sociedade cada vez mais democrática.

Foram trazidas questões importantes para a discussão coletiva sobre o papel da escola e do educador na educação integral; a necessidade de repensar as ações pedagógicas na busca por melhor qualidade da educação e um melhor aproveitamento do tempo na escola; que os desafios construídos coletivamente movem as transformações tanto dos sujeitos envolvidos como das próprias práticas pedagógicas.

A proposta de trabalho, a partir da entrevista com a Professora Jaqueline Moll, buscou a reflexão sobre a educação integral de tempo integral, como possibilidade de construção de identidade da Escola Aberta com o segmento de professores, desafiando-os a estabelecer relações com suas práticas.

A escola do mundo contemporâneo tem sofrido mudanças de paradigmas. Que apesar dela continuar sendo um espaço privilegiado para educar, não é o único, divide com muitos outros a possibilidade de construir cultura, de construção de cidadania, onde o povo se faz presente. O entendimento do universo que cerca os alunos, de um mundo que gira em torno da imagem, do acesso fácil as informações, com a conexão imediata a qualquer parte do planeta através das tecnologias, e as mesmas chegando à escola, possibilita a aproximação com os alunos e a construção de novos saberes.

4.1.4 Estudo do Planejamento Participativo Democrático

Foram retomadas as reuniões de estudo no dia 17 de junho de 2015. Para aprofundar os estudos sobre planejamento participativo democrático, foi apresentado

o vídeo da entrevista: “Planejamento Político a Educação que a escola Quer” - Palavra de Educador, com Professor Danilo Gandin (2013), a partir da qual, discutiu-se sobre o Planejamento participativo e a construção do Projeto Político Pedagógico e seus passos, relacionando com a construção da nossa prática democrática e participativa. Pensar nas etapas necessárias para a reelaboração do nosso PPP e planejar coletivamente os próximos passos desta caminhada.

Assistir a entrevista do Mestre em Planejamento, Professor Danilo Gandin, sobre o Planejamento participativo democrático provocou no grupo várias discussões, o que fez com que parássemos a entrevista em alguns momentos para a troca de ideias, compartilhando reflexões e experiências.

Dentre elas podemos destacar a reflexão sobre a própria caminhada do grupo enquanto uma experiência em pesquisa-ação, com foco no planejamento participativo democrático, e seu movimento espiral, onde uma ideia é impulsionada, mas não determinante, que na sua essência traz o inacabado, como possibilidade verdadeira de construção coletiva.

Outro ponto levantado nas reflexões foi em relação à identificação sobre as etapas percorridas no desenvolvimento do Projeto de Intervenção na nossa escola com as dimensões apresentadas pelo professor Danilo Gandin no vídeo. Este entrelaçamento entre teoria e prática, um movimento importante para a construção de novos saberes.

Segundo Gandin (2013), a construção do planejamento político participativo apresenta quatro dimensões: as ações, sobre a realidade, comportamento e atitudes; regras, comuns a todos e rotinas, que repetem numa periodicidade. É a articulação destas dimensões que possibilitam encurtar a distância da escola que se tem, da identidade de escola que se busca, promovendo a transformação da realidade.

Este encontro foi marcado pelo dinamismo e participação do grupo, que contribuiu constantemente com suas reflexões. A maioria dos professores presentes neste encontro destacou o quanto o planejamento participativo, mesmo em processo de construção, já estava fazendo a diferença nas práticas pedagógicas desenvolvidas, promovendo mais qualidade e gerado um ambiente de convívio mais respeitoso e alegre no cotidiano da escola.

4.2 AÇÕES PEDAGÓGICAS DECORRENTES DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Em decorrência das discussões sobre planejamento participativo algumas práticas que ocorriam de forma esporádica e sem discussão no coletivo foram debatidas e retomadas. O objetivo de repensar algumas dessas práticas era de qualificá-las a partir de novas propostas pedagógicas, que fossem discutidas e planejadas de forma coletiva, efetivando assim o planejamento participativo.

4.2.1 Festa dos Aniversários

Na reunião de planejamento da primeira festa de aniversário, realizada em 24 de março de 2015, contou com a participação dos professores e funcionários. Depois de uma retomada breve da discussão sobre a importância de incluir no planejamento pedagógico a comemoração dos aniversários de todos os alunos, foi produzido um calendário anual dos aniversários. Foi também, feita as listas do que era necessário para realizar a festa, o que tinha a disposição na escola e o que faltava. O grupo todo se envolveu espontaneamente, contribuindo com doações e trabalho dedicado.

Realização da primeira festa ficou marcada para o dia 31 de março de 2015, para comemorar os aniversários dos meses de janeiro, fevereiro e março, devido a escala de férias de verão.

Nos dias de preparação que antecederam a festa, ficou evidente o envolvimento de toda equipe de profissionais da escola. Como se as diferenças diminuíssem em função da união, em torno de um objetivo comum. O fato de terem planejado de maneira participativa e democrática o evento possibilitou autorias compartilhadas. A festa era de todos e para todos!

A participação da equipe se construiu a partir do enfrentamento à necessidade apresentada, através da construção da ação que interferiu na realidade, possibilitando sua transformação. Veiga (2013) afirma que:

Um dos caminhos para a construção dos processos participativos de gestão é, sem dúvida, problematizar o instituído com vistas a conceber e concretizar coletivamente novas formas democráticas de convívio escolar, que permitam a formação de pessoas comprometidas, cidadãos críticos e profissionais compromissados com os ideais de uma sociedade mais justa. (VEIGA, 2013, p162)

Uma gestão, que se propõe participativa e democrática, requer mais do que colaboração da comunidade escolar, é preciso que rompa com esta ideia de participação dirigida, de sociedade que serve. É necessária uma mudança estrutural no seu sistema de ensino, mudança de paradigma, construir a participação com o povo, a partir da sua cultura.

O planejamento participativo que se constrói a partir do trabalho coletivo, porém sua construção requer autonomia de todos envolvidos, segundo Gandin (2013), planejar é decidir, é optar. Os sujeitos precisam de liberdade para refletir e trocar suas ideias, contribuir com as riquezas dos seus pensamentos no grupo. Nesta perspectiva a gestão democrática, visa romper com a dicotomia entre concepção e execução entre pensar e fazer, redimensionando a questão do poder. Visando sua socialização.

A primeira festa dos aniversários, realizada em 31 de março de 2015, desde o início da manhã, a expectativa das crianças movimentava a escola. Todos reunidos, aniversariantes a postos, tudo muito colorido, painel e mesa decorados, balões, docinhos e na hora dos “Parabéns a Você”, a emoção estava estampada no rosto de muitos. Mas principalmente dos aniversariantes, sendo que três, timidamente, choraram emocionados. Direito a vela, bolo, fotos e abraços. Era alegria para todo lado. Um dia especial aos aniversariantes e uma alegria contagiante envolvendo todos durante a festa.

Um momento de confraternização cabe lembrar, que não houve nenhuma manifestação de ciúmes dos participantes da festa em relação aos aniversariantes e que havia sido combinado que seria comemorado o aniversário de todos os alunos, durante o ano letivo.

A confiança em relação à combinação ficou clara, nas semanas seguintes a festa, através dos comentários dos alunos como: contando quantos meses faltava para sua festa; quem seriam os aniversariantes da próxima festa; que seu colega seria um dos próximos aniversariantes; que também teria sua festa.

No dia 10 de abril de 2015 foi realizada uma breve avaliação da festa e o planejamento para o “Dia do Afeto”.

A avaliação da festa dos aniversários pelo grupo de professores e funcionários foi muito positiva. Destacaram a alegria e emoção das crianças como representação dos objetivos alcançados. Também mencionaram que a decoração e

a organização da festa foram muito boas, pois eram resultado do envolvimento de todos.

O caráter pedagógico da festa era a festa em si, pois através da comemoração de todos os aniversários estava se efetivando a promoção da equidade, tanto no tratamento como na valorização de todos, aproximando-se do que propõe Candau (2012) como educação em direitos humanos onde este tipo de educação é visto como:

[...] um componente do direito à educação e elemento fundamental da educação que queremos promover. Sendo assim, estas duas preocupações se entrelaçam na busca de uma construção de uma educação comprometida com a formação de sujeitos de direito e a afirmação da democracia, da justiça e do reconhecimento da diversidade na sociedade brasileira. A construção de uma cultura dos direitos humanos em diferentes âmbitos da sociedade constitui seu eixo principal. (CANDAU, 2012, p.724)

Uma forma de produzir igualdade de direitos em algo tão peculiar, da subjetividade de cada um, como é a comemoração da sua data de nascimento. E ao mesmo tempo, promover o sentimento de pertencimento ao grupo onde todos comemoram comigo e eu comemoro com todos.

Quanto ao planejamento coletivo da festa de aniversário de Abril, foi feito o levantamento do que a escola tinha de materiais disponíveis para a realização do evento, e feito uma lista do que faltava, com a qual todos contribuíram com doações. Foram decididos os comes e bebes da festa e a decoração. O grupo se dividiu com as tarefas, sendo que todos se mostraram envolvidos através da sua disponibilidade e do seu trabalho.

A festa dos aniversários de abril se realizou no dia 29 de abril de 2015. A festa foi um sucesso! A alegria das crianças era visível. A decoração estava muito diferente da primeira festa, mas tão linda quanto a anterior. Isso mostrava o carinho e a valorização por parte da equipe em relação aos alunos. Esta foi uma preocupação do grupo em manter a qualidade da festa como forma de equidade, todos são importantes, mesmo que diferentes.

Um diferencial nesta festa foi a participação espontânea de um grupo de alunos que começou a cantar, acabaram se apresentando e puxando os demais a cantarem juntos. Uma cena linda! Cantaram várias músicas e a festa se estendeu mais. Também é importante destacar o clima de confraternização e a ausência de conflitos durante a festa.

4.2.2 Dia do Afeto

Com a aproximação do Dia das Mães, e o grupo de professores aberto tanto para planejar suas ações coletivamente, como para refletir suas práticas pedagógicas, apresentamos a proposição de repensar criticamente a comemoração desta data a partir das experiências anteriores vividas na escola.

O grupo lembrou e discutiu, o quanto as preparações, que antecediam o “Dia das Mães”, eram doloridas e geravam conflitos para um grande grupo de alunos e alunas. Entre esses na sua maioria, abrigados, com histórico de negligências ou criados por parentes, por uso de drogas ou privação de liberdade de seus pais.

A partir dessas reflexões e através do planejamento participativo que o grupo de professores e funcionários, organizou de maneira objetiva a comemoração do “Dia do Afeto”. Optaram em oferecer um almoço especial e cada aluno ou aluna traria então, um convidado com quem almoçaria na escola. Decidiram a programação da festa, as apresentações, o cardápio e a decoração. Também ficou acordado que os presentes oferecidos aos convidados seriam feitos pelos alunos com acompanhamento da professora de referência.

O “Dia do Afeto” foi realizado em oito de maio de 2015, conforme o convite que cada aluno levou. A festa iniciou no pequeno auditório da escola, com as apresentações dos alunos, organizadas junto a professora de cada turma. O encerramento das apresentações foi com o grupo de dança da escola. Um momento alegre, de troca de afetos, tanto por parte de quem estava se apresentando, como entre os que assistiam. Muitas palmas, fotos, muitos abraços e vários colinhos.

Depois das apresentações, os alunos com seus convidados foram para o almoço. O Refeitório da escola e mais duas salas de aula haviam sido decoradas com cuidado, para acolher a todos.

A equipe, formada de professores e funcionários, que serviu o almoço. O cardápio especial, as sobremesas, as lembrancinhas, agora oferecidas pela escola, demonstraram dedicação e a cuidado em bem receber a todos.

Mudar algumas práticas sociais de caráter monocultural reproduzidas pela escola, requer um olhar sensível, sobre isso Moreira e Candau (2003), afirmam:

É necessária uma releitura da própria visão de educação. É indispensável desenvolver um novo olhar, uma nova ótica, uma sensibilidade diferente. O caráter monocultural está muito arraigado na educação escolar, parecendo ser inerente a ela. Assim questionar, desnaturalizar esta realidade constitui um passo fundamental. Contudo, favorecer o processo de reinventar a

cultura escolar não é tarefa fácil... Exige persistência, vontade política, assim como aposta no horizonte de sentido a construção de uma sociedade e uma educação verdadeiramente democrática, construídas na articulação entre igualdade e diferença, na perspectiva de um multiculturalismo emancipatório. (MOREIRA E CANDAU, 2003, p.166).

Foi pensando a realidade da maioria dos alunos, com diferentes configurações familiares, vários deles com histórico de negligência, tanto afetivas como de cuidados, muitos vivendo em casa de acolhimento, que a equipe decidiu que, em vez de comemorar o Dia das Mães como de costume, comemorariam o “Dia do Afeto”.

Esta mudança de foco possibilitou a valorização dos laços de afeto de cada sujeito, independente do papel social desempenhado por estes representantes, se desprendendo de modelos antigos.

Segundo Moreira e Candau (2003), “A cultura escolar e a cultura da escola naturalizam com tanta força estes aspectos, que é somente no diálogo, no questionamento, no debate, que é possível desenvolver um novo olhar sobre o cotidiano escolar.”.

O “Dia do Afeto” foi um momento especial, de muitas conversas, de convivências valorizadas, de afetos compartilhados. Um bom exemplo de que todos são importantes, rompendo com a relação de poder e hierarquia existente também na escola. Podemos pensar esta participação de todos, como uma importante estratégia política no sentido de promover o rompimento da produção desigualdades no convívio na escola.

Segundo Candau (2012), os processos educacionais são fundamentais, para que os direitos humanos sejam internalizados no imaginário social, para que possamos construir uma cultura em direitos humanos. Esta construção implica numa prática que promova respeito, respeito às diferenças, aos sentimentos, as singularidades subjetivas dos sujeitos envolvidos, sejam alunos, professores ou a própria comunidade escolar.

Acreditamos assim, que qualificando as relações estabelecidas entre todos na escola, criamos espaço para o desenvolvimento da educação em direitos humanos. Os sorrisos e agradecimentos, a alegria tanto das crianças, como dos convidados, demonstraram a importância deste momento de acolhimento. Proporcionou a valorização e o sentimento de pertencimento ao grupo enquanto comunidade escolar, aproximando sujeitos com diferentes valores e culturas.

4.2.3 Nossas Identidades por um Mundo de Paz

Através do planejamento participativo democrático, surgiu a necessidade por parte da equipe de professores de construir uma proposta coletiva para o trabalho pedagógico desenvolvido no núcleo comum do primeiro ao quinto ano. Elencaram como tema, “Nossas Identidades por um Mundo de Paz”, com o objetivo de trabalhar o resgate da identidade de cada um, através de suas histórias de vida, a promoção da autoestima dos alunos e alunas, o respeito às diferenças e cuidado ao ambiente em que vivem, na busca pela construção de um mundo de paz.

Entre as atividades desenvolvidas podemos destacar no Primeiro Ano o trabalho com o nome de cada aluno, sua história, colando bolinhas com a Letra Inicial do seu nome, desenhando sua família e seu autorretrato, confecção de porta retrato para sua foto. No Segundo Ano confecção do autorretrato em tamanho real, identificando seu nome, dos seus pais, data de nascimento, peso, altura. No terceiro ano destaque para o trabalho de sua história, desenhando autorretrato e confeccionando um boneco a partir do desenho, trabalhando suas características étnicas.

Já no quinto ano a partir da pesquisa sobre as diferentes etnias que formaram o Rio Grande do Sul, pesquisaram a origem étnica de sua família e as características herdadas, construíram textos sobre suas origens, estudaram sua certidão de nascimento. Mergulharam no passado para pensar seu futuro, confeccionando um painel e gravando vídeos. Também trabalharam com as mãos, contornando e recortando, comparando umas com as outras, escrevendo para cada dedo seus sentimentos.

Este trabalho foi realizado a partir do planejamento participativo com o seguimento dos professores e sobre, a ação pedagógica desenvolvida por cada professora com sua turma encontramos uma boa definição nas palavras de Piccoli e Camini (2012):

A ação pedagógica desenvolvida pelas professoras, no momento em que se tornam responsáveis pela aprendizagem de cada um de seus alunos; no planejamento intencional e sistemático das aulas, nas intervenções didáticas individuais que realizam, nas avaliações a considerar os conhecimentos prévios e as possibilidades de avanço de todos os alunos. (PICCOLI E CAMINI, 2012, P.43).

Os trabalhos sobre suas identidades proporcionaram reflexões, discussões e a construção de significados por cada turma e, à medida que concluíam, os mesmos

eram expostos nos espaços coletivos da escola. Além de darem vida à mesma, era uma forma de compartilhar suas produções com todos. Era comum ver os alunos comentarem tanto seus trabalhos como de seus colegas. Desta forma as aprendizagens foram sendo compartilhadas e valorizadas.

Este planejamento participativo, envolvendo a maioria dos professores numa mesma proposta, trabalhando o regate da identidade e autoestima de seus alunos oportunizando aprendizagens mais significativas, fez a diferença na qualidade pedagógica. Um dos fatores que sinalizou esta mudança foi à diminuição das reclamações de indisciplina nas salas de aula.

As trocas entre professores e entre as turmas, sobre os trabalhos desenvolvidos, proporcionaram estabelecerem novos laços entre si, trocas de saberes, identificação e alegrias compartilhadas através das aprendizagens construídas.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A proposta de reelaborar o projeto Político Pedagógico da Escola Aberta no capítulo: “Estrutura Pedagógica - Ensino, Aprendizagem e currículo”, com ênfase no Planejamento Participativo, no segmento de professores foi uma experiência muito importante, na busca por ampliar seu potencial enquanto instituição pública democrática.

Compreender em profundidade os problemas postos pela prática pedagógica passa a ser uma exigência da gestão democrática. Nesse sentido, ela visa a romper com a separação entre pensar e fazer, entre teoria e prática. Busca assumir o controle do processo do trabalho pedagógico pelos professores, equipe técnica, funcionários e alunos. Sob essa ótica, a gestão democrática implica necessariamente o repensar da escola.

Este projeto de intervenção possibilitou da Escola Aberta investir na construção do planejamento participativo com o grupo de educadores, o que produziu alguns avanços na qualidade pedagógica do trabalho. Entre eles: aprendizagens mais significativas, relações de respeito e valorização nas trocas das aprendizagens, a promoção da equidade, do sentimento de pertencimento ao grupo da escola, tanto dos alunos como dos professores.

Também apresentou uma melhora no acolhimento aos alunos e suas famílias, promovendo a valorização e o afeto nos encontros realizados na escola, sejam individuais ou coletivos.

Porém ainda precisamos investir na construção de espaços democráticos que promovam uma participação mais efetiva da comunidade escolar nas discussões e decisões tomadas na escola. Através de um Conselho Escolar que seja mais atuante no cotidiano da instituição.

Uma das principais características de uma escola democrática é a participação através do trabalho coletivo. Quando os segmentos que formam a comunidade escolar se reconhecem como coautora da construção da escola.

Os movimentos de reflexão e transformação gerados na escola a partir deste projeto de intervenção impulsionaram a aproximação do seu ideal de identidade, enquanto instituição pública democrática.

Como lembra Cury (2007), a educação é um direito público subjetivo que implica o dever do estado em ofertar as etapas obrigatórias definidas na Constituição Federal, assim como os seus princípios.

Numa concepção de escola enquanto um bem público, cujo fim é educar para a cidadania, proporcionando ao educando fazer-se sujeito da prática pedagógica, é necessário que sua estrutura esteja de acordo com a prática democrática. A realização da educação enquanto tal só é possível ser construída a partir da participação democrática, não é possível ensinar democracia se o modelo das relações vivenciadas na escola for autoritário.

É através de um Projeto Político Pedagógico que represente a identidade da escola, construído dentro dos princípios democráticos, reconhecendo seus sujeitos enquanto sujeitos de direitos, que possibilitará a escola, dar conta de uma proposta pedagógica, capaz de oferecer uma educação de qualidade social. Que eduque para a cidadania, que respeite acima de tudo, os direitos de aprendizagem de seus alunos, seu fim maior. Sobre o ideal construído coletivamente Gandin (s.d) afirma:

Quando o ideal estiver delineado, será necessário continuar esta construção, tanto da realização de um preciso diagnóstico da distância que a escola está do ideal construído coletivamente quanto da operacionalização da programação que levará a redução desta distância. (GANDIN, s.d., p.2)

As diretrizes nacionais evidenciam a necessidade da articulação entre os direitos da igualdade e o direito das diferenças para a efetivação da educação em direitos humanos. Assumindo a educação em direitos humanos como um elemento fundamental do direito à educação de qualidade, comprometida com a formação de sujeitos de direito, com a justiça, a democracia e reconhecimento da diversidade. Desta articulação, entre educação em direitos humanos, diversidade e direito à educação, temos como resultado, uma experiência feliz de gestão democrática.

Este projeto também tem possibilitado a partir dos trabalhos desenvolvidos na reconstrução da identidade de cada um, trabalhar a história de vida de cada um, a valoração e o respeito às diferenças, a autoestima e os afetos.

Acreditamos que através desta experiência em gestão democrática, iniciamos o caminho de construção de uma educação com qualidade social, promovendo tanto o direito à educação como a educação em direitos humanos.

No entanto, temos ainda muitos desafios e dificuldades a enfrentar nesta trajetória, que foram sinalizados durante o desenvolvimento deste Projeto de

Intervenção. Entre eles podemos citar a participação na greve unificada dos servidores públicos estaduais do nosso Estado, da qual, noventa por cento dos professores e funcionários da Escola Aberta participaram. Período de luta por garantia de direitos adquiridos e tristezas pela perda dos mesmos. Assim como, os abalos financeiros e emocionais enfrentados pelos profissionais da educação, com o atraso de seus salários, por vários momentos desmotivou também a equipe da escola. Foi necessário, em determinados momentos, um esforço muito grande de todos, para encontrar forças e dar continuidade aos estudos e as ações planejadas no desenvolvimento deste PI, num cenário tão marcado pela nossa desvalorização profissional.

Das aprendizagens que este Pós Graduação em Gestão Escolar me oportunizou, gostaria de destacar a experiência em desenvolver um Projeto de Intervenção baseado nos fundamentos de gestão democrática, na Escola Aberta. O exercício da democracia é construído pela dor e pela delícia de ser o que é, parafraseando a música de Caetano Veloso. Desprendermo-nos das amarras de um legado histórico de autoritarismo, de hierarquia e ser capaz de romper com a dicotomia de que uns pensam e outros executam, não é uma tarefa fácil. Requer reconhecer o outro como igual, mesmo nas diferenças, valorizar as trocas de saberes, potenciais de aprendizagens significativas. Um planejamento participativo exige abrir mão de algumas certezas, tatear o terreno das incertezas, para construir a partir de trocas autênticas, verdadeiras. É uma decisão política, exige ética e comprometimento com a construção de um mundo mais justo, com igualdade de condições e direitos a todos e todas. Quando planejamos e construímos coletivamente, compartilhamos deliciosas alegrias.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo J. A. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, ano XXII, nº 75, Agosto/2001.

ALVES, Evandro; SILVA, Maria Beatriz Gomes da Sala-ambiente “Projeto Vivencial” como estratégia teórico-metodológica para a formação de gestores escolares. In: SILVA, Maria Beatriz Gomes; FLORES, Maria Luiza Rodrigues (Orgs.). **Formação à distância para gestores da Educação Básica: olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

AZEVEDO, Elder dos Santos; MENDONÇA, Marcela Paula de. **Democracia e cotidiano escolar: a escola como possibilidade de participação**. Texto da Biblioteca do Curso de Especialização da Escola de Gestores, da Sala Ambiente Planejamento e Práticas da Gestão Escolar. Disponível em: <http://escolabompastor.weebly.com/uploads/1/2/5/7/12579111/democracia_e_cotidiano_escolar_-_a_escola_como_posibilidade_de_participacao.pdf> Acesso em: 06.out.2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CONSELHO PLENO. *Resolução CNE/CEB Nº 1*, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educação e Sociedade, Campinas**, v33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/04.pdf> > Acesso em: 23.Jul.2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. ANPAE. v. 23, n. 3, 2007.

FERREIRO, Emília ; TEBEROSKY, Ana. **Lós Sistemas de escritura en el desarrollo del niño**. México, Siglo Veintuno, 1982.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da Pesquisa-Ação. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

FRANCO, Mônica Gardelli. Novos tempos, novas formas de aprender, ensinar e fazer gestão. In: **Liderança gestão e tecnologias: para a melhoria da educação no Brasil**. São Paulo: PUC/ SP/Microsoft, 2006. P. 119-168.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GANDIN, Adriana; GANDIN, Danilo. Gestão Democrática e Planejamento Participativo. In: SILVA, Maria Beatriz Gomes da; FLORES, Maria Luiza Rodrigues (Orgs.). **Formação à distância para gestores da Educação Básica: olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

GANDIN, Danilo. A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade. **Currículo sem fronteiras**, v. 1, n. 1, p. 81-95, 2001. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss1/articles/gandin.pdf?>> Acesso em: 26. Out.2015.

GANDIN, Danilo. **Soluções de Planejamento para uma prática estratégica e participativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____, Danilo. **Palavra de Educador**. Entrevista Publicada em 16 de mai de 2013. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=oRgyHt6lm9s>>

GANDIN, Luís Armando. **Projeto Político-Pedagógico: construção coletiva do rumo da escola**. Disponível em: <http://escolabompastor.weebly.com/uploads/1/2/5/7/12579111/projeto_politico-pedagogico_-_construcao_coletiva_do_rumo_da_escola.pdf> Acesso em: 26.Out.2015.

GANZELI, Pedro. O processo de planejamento participativo da unidade escolar. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/CienciasdaEducacao/RevistaEletronica/edi1_artigopedroganzeli.pdf> Acesso em: 26.Out.2015.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MOLL, Jaqueline, **Entrevista sobre Educação Integral**, no programa Observatório do Trabalho, pela TV Supren, apresentado pelo sociólogo e professor Denizard de Souza - Parte 01 Publicada em oito de nov de 2012.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa e CANDAU, Vera Maria. **Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos**. Rev. Bras. Educ. [on-line]. 2003, no. 23 [citado 2007-03-18], pp. 156-168.

PARO, Vitor Henrique. Estrutura da escola e prática educacional democrática. **30ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu-MG**, 2007. Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT05-2780--Int.pdf>> Acesso em: 26.Out.2015.

PENIN, S. T. de S. **Refletindo sobre a função social da escola**. In: VIEIRA, S. L. (Org.) Gestão da escola: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PICCOLI, Luciana; CAMINI, Patricia. **Práticas pedagógicas em alfabetização: espaço tempo e corporeidade**. Erechim: Edelbra, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Uma concepção multicultural dos Direitos humanos**. Lua Nova, São Paulo, n.29, p. 105-124, 1997.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. Planejamento: concepções. Texto disponível na Sala Ambiente Planejamento e Práticas da Gestão Escolar. Escola de Gestores Edição 2014-2015. Disponível em: < http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala_planejamento_praticas_gestao_escolar/pdf/u1_2.pdf.> Acesso em: 26.Out.2015.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A escola em debate: gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. **Retratos da Escola**. Brasília: CNTE, v. 7, n. 12, p. 159-166, jan./jun. 2013.

_____. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. **Retratos da Escola**. Brasília: CNTE, v. 3, n. 4, 2009.

_____. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. In: **Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

ANEXOS

Registro Fotográfico das Reuniões de Estudos e Formação



Reunião de apresentação da proposta do Projeto de Intervenção aos professores.



Discutindo as práticas pedagógicas e definindo o Planejamento Participativo como foco do PI.



Capacitação da Lousa Digital à equipe, uma parceria com o NTE – 1ª CRE.



Assistindo a entrevista Educação Integral com J. Moll através da Lousa Digital.



Assistindo ao vídeo sobre Planejamento Participativo com o Mestre. Danilo Gandin.



Debatendo sobre Planejamento Participativo e o processo de reconstrução do PPP da escola.

Registros Fotográficos das Ações Realizadas

1 - Festas dos Aniversários



Festa para os Aniversariantes
de Janeiro, Fevereiro e Março de 2015.



Hora de apagar a velinha!



A Festa para os
Aniversariantes de Abril de 2015.



Recordação para cada Aniversariante.



Festa para os Aniversariantes
de Maio, Junho e Julho de 2015.



Parabéns aos Aniversariantes!
Uma festa animada!

2 Dia do Afeto



Homenagens das turmas aos convidados.



Apresentação do Grupo de Dança.



Muito afeto na plateia que assistia as apresentações.



Almoçando com seus convidados.



Um almoço com alegria e afeto.

3 Nossas Identidades por um Mundo de Paz

